

A UNIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ELEMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Yolanda Zancanella

Doutoranda em Educação –
Unicamp; Professor assistente
do Curso de Pedagogia –
Unioeste-PR.
Marmeleiro – PR [Brasil]
yolandazanca@yahoo.com.br

Conflitos sobre a posse de terras, lutas armadas, revoltas, desapropriação de terras e organização de movimentos sociais fazem parte da história do Estado do Paraná. Com base nessa realidade, buscou-se, por meio deste estudo, tendo como tema Educação e Movimentos Sociais, investigar os rumos para a formação do educador do campo e as soluções para o cotidiano das escolas do campo. Nesse contexto, foram abordados organismos como a Assesoar e movimentos sociais como o Mastes, apresentou-se a Unioeste e sua relação com os movimentos sociais do campo na construção de políticas públicas para a educação do campo no Paraná. Discutiu-se sobre a educação do campo como direito da população que nele vive, a efetivação da universidade e seu compromisso com a sociedade civil e o papel desempenhado pelo Estado para garantir os direitos fundamentais dos indivíduos e grupos, de acordo com os princípios de igualdade e de justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Formação de educadores. Movimentos sociais.

1 Introdução

Ao longo da história do Estado do Paraná, têm sido registrados conflitos sobre a posse de terras, cujas consequências incluem exclusão e morte de posseiros paralelas à formação organizada de resistência que envolve, até mesmo, a luta armada, ainda que isolada. Registros de dados históricos confirmam a ocorrência de lutas desde 1912 como a Guerra do Contestado que se estendeu até 1916, seguida das disputas em Jacarezinho (de 1920 a 1930), bem como embates na região de Tibagi, em Pitanga (em 1950 e 1951). Além desses conflitos, outras lutas pela posse de terra foram verificadas nas chamadas revoltas de Porecatu (de 1947 a 1953), na região do Alto Paraná, em 1961, e, por fim, a Revolta no Sudoeste, em 1958 (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000).

Muitas dessas lutas tiveram suas origens na desapropriação de terras para a construção da usina termoeétrica de Itaipu, incluindo as regiões agricultáveis da região onde, atualmente, se encontra o lago da Usina de Itaipu¹.

Após a construção dessa usina na década de 1970, seguiu-se a de outras, tendo à frente as hidrelétricas de Salto Osório e de Salto Santiago, no sudoeste do Paraná, pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), inviabilizando terras agricultáveis e fomentando o desemprego dos agricultores dessas regiões.

Diante da situação de desemprego na região, os sindicatos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizaram um cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentamento das famílias dos agricultores.

A essa situação também concorreram ações organizadas pelo Movimento Justiça e Terra (MJT) e, em 1981, deu-se o surgimento de outra forma de organização: o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra da Região Oeste (Mastro), em Medianeira – PR (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000, p. 52).

¹ Itaipu é um empreendimento binacional entre Brasil e Paraguai. A barragem localiza-se no rio Paraná na fronteira entre os dois países. No lado brasileiro, inundou-se uma área de 111.332 hectares de solos de primeira qualidade (terra roxa), abrangendo parcialmente os seguintes municípios do Paraná: Paraíso, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Santa Helena, Foz do Iguaçu, Medianeira e São Miguel do Iguaçu. Com a construção de Itaipu, desalojaram-se 42.444 pessoas. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000).

As iniciativas da Mastro incluíram reivindicações de terra ao Incra, no oeste do Estado, ao Presidente da República e ao Governo do Estado do Paraná. Em 1981, apresentaram, para vistoria, desapropriação e assentamento, uma lista de 12 propriedades consideradas improdutivas. “Após dois anos de negociação com o governo sem sucesso em suas reivindicações, 35 famílias associadas a Mastro ocuparam a fazenda Cavernoso no município de Guarapuava, Paraná” (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000, p. 53). Dessa ocupação, organismos como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)² e sindicatos criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), confirmando-se o fato de a formação do Movimento ter como base a ocorrência de conflitos, disputas, enfrentamentos e vitórias acumuladas (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000).

Quanto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e sua relação com os movimentos sociais, o passo inicial deu-se com o Programa de Formação de Professores do Campo, de Francisco Beltrão (PR), vinculado ao Projeto Vida na Roça³ e viabilizado pelo convênio firmado entre Assesoar, Unioeste e Secretaria de Educação do município, aliando-se à Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo” na construção de políticas públicas para a Educação do Campo no Paraná.

O direcionamento das ações viabiliza diferentes espaços de formação com o propósito de teorizar as práticas pedagógicas por parte dos docentes, proposta estreitamente agregada ao acesso ao conhecimento universal, dificultada aos professores do campo em decorrência da condição histórica de sua formação.

Para que seja possível a prática da educação do campo, é necessário que a formação dos educadores receba permanente assessoria das entidades conveniadas com as escolas, especialmente as de planejamento, as de práticas pedagógicas e as de avaliação. Além dessa assessoria, está sendo construída a memória permanente do processo de formação, com o fim precípua

2 Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Criada em 1966, por 33 jovens agricultores com o apoio dos padres belgas e profissionais liberais de Francisco Beltrão (PR), é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000).

3 O Projeto Vida na Roça (PVR), iniciado em Francisco Beltrão-PR, entrou em seu quinto ano, em 2002. Dele surgiu o programa de Formação de Professores do Campo de Francisco Beltrão (1999), tendo sido aprovado pela Câmara de Vereadores, no fim de 2000, a lei que aponta a perspectiva da ampliação desse projeto para todo o município em 2001. Esta orientação é operacionalizada entre Assesoar, Unioeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal e Emater (Projeto Vida na Roça, v. III, 2002).

de promover uma base pedagógica do fazer qualitativo, apontando a sistematização das práticas, explicitando seus fundamentos, avanços e limites. No conjunto, os resultados desse aprendizado aparecem como publicações e materiais pedagógicos a serem utilizados nas escolas.

A relação com a universidade pública veio com a percepção sobre a necessidade de construir a história dos movimentos sociais, especificamente na região do Sudoeste do Paraná, na década de 1990, como iniciativa dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, norteados pelos princípios de justiça social e sustentabilidade

Com essa iniciativa, outros aspectos do desenvolvimento, dos movimentos sociais e da relação com a universidade pública surgiram. Dentre eles, a necessidade de discutir os rumos do desenvolvimento, de repensar a universidade pública em relação ao desenvolvimento regional e da conveniência política da universidade pública quanto aos objetivos de fortalecimento democrático dos movimentos sociais. Essa possibilidade ocorre por meio do convênio de Cooperação Técnico-Científica para o Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, presente entre a Unioeste e a Assesoar desde 2002, que cria o curso de pós-graduação em Desenvolvimento e Movimentos Sociais (PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, 2003, p. 4).

O curso de pós-graduação (*lato sensu*) em Desenvolvimento e Movimentos Sociais “[...]pela característica de criação e administração é gerido pela Unioeste campus de Francisco Beltrão e Movimentos Sociais do Campo do Sudoeste do Paraná.” Apresenta como característica peculiar a articulação conjunta com um Projeto de Extensão “[...] intitulado Vida na Roça conta com a experiência acumulada pelos participantes nas diferentes formas de organização e movimentos sociais, como suporte mantenedor para a constru-

ção do conhecimento amplo e diferenciado.” (PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, 2003, p. 4).

Como consequência dessas ações, surgem discussões sobre a possibilidade de implantação, na universidade, do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, e vem à tona o posicionamento dos professores contrários ou favoráveis à sua criação.

Neste trabalho, que enfoca a temática Educação e Movimentos Sociais, apresenta-se um recorte da dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizada em 2007, sob o título “Educação dos povos do campo: os desafios da formação dos educadores”. Teve como propósito investigar os rumos para a formação do educador do campo e as soluções para o cotidiano das escolas dessa região, com base em um aprofundamento teórico e debate em torno de uma educação, pensada e proposta para e pelos povos que vivem no campo.

Entende-se que a universidade deve sensibilizar-se diante dos problemas e apelos da sociedade, quer seja por meio dos grupos sociais com os quais interage, quer seja por meio das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão.

2 A educação do campo e suas referências

Há uma preocupação com a educação do campo no que se refere à dimensão dos movimentos sociais camponeses na construção de mais um capítulo da história da educação brasileira, com um recorte muito particular para os trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações sociais, sobretudo na construção de um direito: “[...] o direito do povo brasileiro que vive e trabalha no campo a educação[...]”; “[...] o processo de construção de uma escola que se misture com essa luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 109). A busca da educação pelos movimen-

tos sociais tem como objetivo promover a identidade do educador do campo, em um sentido amplo e direcionado aos interesses econômicos, culturais e sociais que compõem o ambiente do campo.

A justificativa para a escolha desse caminho diz respeito ao que tão bem se destaca no contexto da educação do campo: “[...] o círculo vicioso que contempla duas etapas circunscritas: sair do campo para continuar a ter escola e ter escola para poder sair do campo” (CALDART, 2004, p. 110).

Reafirma-se o desejo de efetivar o compromisso da universidade com a sociedade civil, em especial com os movimentos de luta da classe trabalhadora. Por isso, considera-se imprescindível oferecer condições e oportunidades para os protagonistas dessas lutas sociais como o movimento dos trabalhadores do campo, por exemplo.

O desenvolvimento do campo, entendido como melhoria das condições econômicas, sociais, políticas e culturais da população, está relacionado com a educação e com a formação. A construção de um modelo de desenvolvimento que tenha como aporte garantir aos brasileiros digna condição de vida passa também pelo campo. Na busca de soluções para democratizar a distribuição de renda indispensável à retomada do crescimento econômico, exige-se um esforço sistemático e investimentos em estudos e pesquisa das diferentes possibilidades que o espaço rural apresenta.

Acrescenta-se que os estudos sobre a educação rural deverão abranger “[...] o espaço escolar e as diversas expressões da luta social, no sentido de que é a participação nesta luta a propulsora da produção e da apropriação de um saber voltado à compreensão transformadora da realidade” (DAMASCENO; BESERRA, 2004, p. 79).

Sabe-se que o financiamento do Estado é voltado prioritariamente para determinadas áreas de pesquisa, de modo que as universidades e demais centros concentram-se no estudo de certos assuntos, relegando outros, considerados marginais, aos interesses do Estado, que é, por sua vez, pressionado pelas alternativas educacionais propugnadas pelos organismos chamados de coope-

radores internacionais. Daí o desinteresse pela educação rural e as respectivas pesquisas a serem desenvolvidas nessa área, abrangendo o limite da pressão dos movimentos sociais rurais sobre o poder público.

Embora tenha havido aumento expressivo de estudos sobre a educação do campo nos últimos anos, a extensão desse crescimento ainda está muito longe de se aproximar das necessidades dos trabalhadores que vivem nessa região.

Consta na Carta Magna nacional a garantia aos direitos fundamentais dos indivíduos e grupos, papel do Estado, dentro dos princípios de igualdade e de justiça, incluindo-se neles condições mínimas de existência nas áreas de habitação, saúde, trabalho e educação, além de segurança.

Aceita essa afirmação, é lícita a continuidade das instituições e da própria sociedade que promovem essas condições, enquanto se destaca, paralelamente, a complexidade crescente da vida social, exigindo a existência da escola e de indivíduos especializados para o equacionamento das questões da educação em geral e da própria escola.

Ao Estado, como promotor do bem-estar social, cabe a tarefa de preparar profissionais para o desempenho dessas funções: formar professores e educadores é uma necessidade da sociedade e dever do Estado. “Formar jovens para vários campos da atividade humana, em especial para a área educacional, é constitutivo da natureza da universidade” (BICUDO, 1998, p. 2).

Segundo Dias Sobrinho (2005), inerente à democracia, evolui a globalização e, ainda que seja um fenômeno complexo e plurirreferencial, apresenta contradições inseridas em ideias, posturas e concepções, predominando julgamentos de que a universidade deve fomentar as transformações exigidas pela nova economia de mercado. Entretanto, ao aderir aos anseios da sociedade, a universidade passa ao largo de sua função de formação, de educação e de autonomização dos sujeitos, aproximando-se da dinâmica da produção e de um pretendido controle das relações entre os indivíduos.

Nesse caso, “Cabe à universidade [...] elaborar uma compreensão ampla e fundamentada relativamente às finalidades e transformações da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 165).

Nesse âmbito, o sujeito do campo não tem como ficar alheio às mudanças que ocorrem no mundo globalizado. Nesse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem buscado a educação do campo num processo de desenvolvimento popular no Brasil. Com essa finalidade, tem exigido que seus educadores não se limitem a uma formação que priorize apenas as especificidades do campo, mas que destaque os aspectos culturais e específicos do ambiente, valorizando o empenho e a adoção de um espírito que contemple o campo como um novo modelo de sociedade em que a educação deverá convergir para seus moldes.

Passa a ser tarefa da sociedade definir com clareza pontos importantes da educação: sua delimitação, efetivação de seus anseios por parte do poder estatal, implementação de políticas educacionais consistentes e articuladas e a formação de educadores. Do mesmo modo, o estabelecimento das escolas do campo tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisadores da realidade que dê ênfase à cultura do campo e às mudanças pelas quais ela deverá passar. Para isso, a escola precisa ser diferente do modelo vigente, com todas as novidades e os avanços da ciência moderna, buscando motivar o conhecimento das raízes pelos camponeses para que as ações sejam dinâmicas e transformadoras (ARTICULAÇÃO PARANAENSE, 2000). Será a pressão legítima e necessária, constante do jogo democrático e coletivo, que atende a toda uma sociedade ante a realidade atual da educação (BICUDO, 1998).

Não se pode esquecer, porém, de que a formação do professor na universidade pública está intrinsecamente ligada a fatos novos, como o rompimento de esquemas simplistas e rígidos de apreensão do real, da superficialidade e a banalização do saber e sobre-

por elementos arraigados historicamente, como à necessidade, a utilidade, o pragmático, o econômico, a técnica, a instrumentação, a eficiência da rotina, entre outros, dando oportunidade ao novo, a criatividade e à presunção de liberdade pela adesão à ética e a suplantação de métodos e da forma preconcebida de ensinar. (BICUDO, 1988, p. 3).

Merece registro, o fato de que algumas⁴ universidades⁵, como a Unioeste – campus de Francisco Beltrão –, vêm trazendo à tona a discussão desse segmento e de sua educação diferenciada. Isso pontua novas perspectivas, pelo menos em relação ao desejo da população, com respeito ao pleno exercício da cidadania; não se pode dizer o mesmo por parte do Estado.

3 Metodologia

Foram entrevistados seis professores universitários participantes do corpo docente da Unioeste e o dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra da região de Francisco Beltrão (PR). O roteiro das entrevistas foi composto pelas seguintes questões: “O que se compreende hoje por educação do campo?”, “Há especificidades na formação dos professores que atuam no campo?”, “O que move/impulsiona alguns professores do curso de Pedagogia regular a assumir a formação dos educadores/as?”

As entrevistas realizadas consistiram em fonte de informação relevante no contexto da temática, pois mostraram os pontos de vista de professores da Unioeste favoráveis e desfavoráveis à individualização da formação e da educação voltada aos povos do campo. As opiniões dos professores foram discutidas, avaliadas e confrontadas entre si com as ponderações do dirigente do Movimento.

4 Já foram formadas turmas em Pedagogia no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso, e está sendo oferecido curso de Pedagogia da Terra também no Pará, Rondônia, Pernambuco e Sergipe (ANDRADE et al., 2004).

5 Professores da área rural ganharam curso exclusivo em federais. Cinco universidades criaram as primeiras graduações, no Brasil, em educação rural. Pela primeira vez, os estudantes sairão com o diploma de professor rural. O inédito título faz parte de um convênio que o Ministério da Educação (MEC) acaba de fechar com cinco grandes universidades públicas. Essas instituições vão capacitar 250 professores que já trabalham nas salas de aula na zona rural e não têm formação superior. Os cursos de graduação para professores do campo, com duração de quatro anos, serão oferecidos pela Universidade de Brasília (UnB), e pelas federais de Minas Gerais (UFMG), da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, e de Sergipe (UFS). (LOPES, 2007).

4 Resultados

A crítica mais contundente dos professores que foram contrários à criação do Curso para Educadores do Campo, refere-se ao fato de haver pedagogos, inseridos na discussão, que propunham a criação de um curso específico para a formação de educadores do campo, argumentando que na universidade já existia um curso de Pedagogia que formava pedagogos. No entendimento desses professores, os pedagogos, necessariamente, deveriam posicionar-se contra a implementação de dois cursos de Pedagogia, sobretudo por ter alunos do campo frequentando o curso regular.

Segundo alguns professores, o curso específico colaboraria sobremaneira para flexibilizar e fragmentar, ainda mais, o curso de Pedagogia regular já tão farto de críticas advindas da velha discussão pela sua falta de conteúdo próprio e de identidade. O tempo despendido pelo MEC para disponibilizar as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia regular reflete essa indefinição relativa ao curso referido pelos professores.

O entendimento dos docentes foi que se até o momento, mesmo depois de muitas discussões, reflexões e debates de entidades como a Anfope⁶ e Forundir⁷, não se conseguiu forjar uma identidade para o curso de Pedagogia, a implementação de outro curso para Educadores do Campo só pioraria essa situação. Os questionamentos se basearam no seguinte enfoque: “Vamos criar um curso de Pedagogia para cada necessidade especial? Curso de Pedagogia para negros, homossexuais, índio, surdo, mudo, cego etc.?”

De um lado, o grupo de professores que não concordava com sua criação sob alegação, entre outras, da formação de “guetos”; do outro, os professores que, apesar de não terem clareza do que seria certo ou errado, inquietavam-se com o fato de existir tal demanda social e de não se fazer nada para atendê-la. Esse último grupo, diante de seu comprometimento político e social, empreendeu discussões sobre a possibilidade de criação

6 Anfope – Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação.

7 Forundir – Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas do País.

do novo curso, com uma preocupação concreta: como organizar o conhecimento produzido pela academia junto aos movimentos sociais populares.

Após muitas reflexões, o grupo favorável à criação do curso optou pelo desafio de pensar a formação dos educadores do campo comprometida com a história, a cultura e os valores do meio rural, entendendo, assim, que a universidade poderia cumprir a sua função social e política de comprometimento com a garantia de formação educacional para todos.

Nesse sentido, a universidade é chamada à construção de uma parceria mais estreita com os movimentos sociais⁸, objetivando a sua emancipação político-cultural, que os auxilie na instrumentalização e construção de suas práticas a partir de perspectivas filosóficas e científicas para compreendê-las melhor, propondo-se a discutir, subsidiar e implementar ações que impulsionem o desenvolvimento, sobretudo regional.

Nesse novo perfil que atualmente se acentua, a educação sofre modificações amplas e busca atingir todas as pessoas que figuram nos movimentos sociais com a viabilização da educação do campo. O papel da universidade nesse contexto poderá ser o de provedora de um currículo que se desapegue do ensino tradicional e urbano, em contraste com a desejada educação do campo. Nessa perspectiva, a universidade não seria apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas de produção e sistematização.

Lírio, um dos entrevistados na pesquisa, é um dos dirigentes do MST; chama atenção da comunidade universitária apontando a possibilidade de visualizar um modelo diferente de curso adequado às necessidades dos movimentos sociais. Espera-se desse perfil que compreenda que a universidade está apta a absorver as diferenças culturais e a implementar ações e desempenho de papéis funcionais paralelos ao processo de formação de seus educadores que se funda no campo. Nessa perspectiva, Lírio argumenta que:

Então eu penso que a universidade deveria que estar buscando alternativas para acolher essas necessidades se ela quer incorporar o

8 “Um movimento social é construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação. Nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca... Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente de nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que transcende e, deste modo, falam para todos.” (MELUCCI, 2001, p. 31-35).

curso, agora eu acho que uma outra, questão, é essa coisa da inclusão, a verdade tem que ser dita que nós do movimento não estamos preocupados em resolver isso teoricamente quer dizer, é a nossa preocupação central, vamos fazer Pedagogia, vamos discutindo, vamos construindo, vamos pensando, porque o fato concreto é que o nosso povo não chega à universidade a não ser via movimentos quer dizer como é que um dos 37 que estão aqui fariam um curso superior se não fosse via movimento?

Lírio segue argumentando sobre a dificuldade de o trabalhador acessar a universidade; entende que, mesmo sendo um início tímido, a conquista de alguns cursos dirigidos aos movimentos sociais do campo se constitui no germe das conquistas mais amplas que pretendem alcançar para que o direito à educação para todos seja cumprido.

Então a universidade acha que ela só vai abrir mais vagas, mais isso, não é suficiente para o campo chegar à universidade por conta da realidade que eles vivem exatamente, o campo quer mostrar que todo o nosso povo tem direito a universidade, se um dia a universidade for pública realmente, radicalmente pública que garanta o acesso a todo mundo que garanta a qualidade e a permanência nela talvez a nossa luta de fazer turma separada esteja cumprida mas, no caso brasileiro hoje a universidade não atende a todos, só fazendo luta e muitas vezes nem fazendo luta e se organizando como nós não conseguimos “ocupar” (grifo nosso) essa universidade, claro nós temos clareza que fazendo 40 turminhas no Brasil todo, em um país gigante como é o Brasil nem faz cócegas na mudança, mas também nós temos clareza que se não começarmos fazendo isso nós não vamos chegar nunca na universidade pública.

Então esse é um dos elementos dessa justificativa quer dizer, para garantir o direito à educação, “um outro desenho de curso é possível” (grifo nosso), claro que também tem elementos do conteúdo que é diferente que tem que dar conta, mas, eu acho que um primeiro elemento é esse, eu acho que do jeito que a universidade está organizada ela discursa o direito universal, mas, ela não se organiza para garantir esse direito e eu acho que isso é uma contribuição importante dos movimentos sociais; vem mostrar que é possível organizar um curso de um outro jeito.

Lírio propõe uma nova alternativa de oferta de formação a ser pensada na universidade, indicando possibilidades com os Tempos Educativos evidenciando que nem tudo acontece na universidade em relação à formação das pessoas, “mas”, (grifo nosso) também.

Iniciativa como essa surge da necessidade de aprofundar as discussões em torno da constatação de repensar a universidade pública na sua relação com os movimentos sociais⁹. Dessa forma, são iniciativas inseridas numa dimensão cultural que, cada vez mais, a universidade deve acolher como espaço de sua própria democratização, como bem público da sociedade.

Lírio auxilia no entendimento de todo esse processo desencadeado com os movimentos sociais na busca de uma formação que também os inclua no direito à educação:

Mas esse conteúdo que a gente quer dizer para universidade para nós também não está pronto, também nós estamos construindo a educação do campo, o conhecimento é universal é, “mas desde onde eu construo essa educação desde o lugar”, (grifos nossos) então ela não é totalmente universal ela também é digamos, localizada ela tem uma totalidade, mas ela também tem um recorte, uma

9 Sem desconsiderar a importância dos outros movimentos sociais citados no texto como responsáveis, por meio de muita luta e perseverança, pela consolidação do Curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, elegemos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) por ser o mais atuante no momento para nos reportar à luta dos movimentos sociais do campo pela educação.

particularidade e esse recorte são de classe de concepção enfim, quer dizer, eu acho que tem também esses elementos.

Essa prática está intimamente ligada à pesquisa e ao ensino, pois se entende que, enquanto a pesquisa “[...] busca novos conhecimentos continua sendo realizada quase que por algumas universidades, e nelas, especialmente, pelos programas de pós-graduação, na maioria das vezes, desarticulados com a graduação” (RODRIGUES, 1999, p. 46). A busca de novas possibilidades na educação do campo, para que a maioria da população tenha de fato acesso ao saber, é indispensável.

A universidade, enquanto instituição dedicada à produção de conhecimentos, tem o compromisso de estabelecer com a sociedade uma relação mais estreita, buscando refletir sobre a situação sociopolítico-cultural do espaço geográfico em que se encontra inserida e, por meio de ações, ficar mais próxima da comunidade para que esta participe de sua prática e ação social.

As várias ações que desencadeia, pode se direcionar para que esse equacionamento, propiciando a troca entre saberes acadêmico e popular que visando, sobretudo à democratização e socialização do conhecimento, confirmando sua natureza de universidade pública permitindo que diferentes segmentos usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica e que a comunidade universitária conheça o lugar que os movimentos sociais ocupam na totalidade das relações na nossa região e vivencie a prática social e política por eles construída (SILVA, 2000, p. 5).

Conforme Silva (2000, p. 3), a universidade, voltada para as demandas da sociedade e levando em consideração seus problemas, “[...] reafirma, assim, seu compromisso social diante de questões que vêm a exigir a redefinição

de suas práticas de ensino, pesquisa e o atendimento aos apelos veiculados pelos referidos movimentos.”

O discurso de Lírio ratifica esse pensamento:

Acho que nós não podemos absolutizar que existe a Pedagogia, mas, a formação humana, ela se constitui desde essa diversidade, quer dizer, nós do MST, nós defendemos, fundamentamos e acreditamos que o movimento tem a sua própria Pedagogia, que é um jeito de formar a sua base social, quer dizer, essa Pedagogia precisa incorporar considerar isso, partir disso. Certamente os negros também têm sua Pedagogia, então, é bem complexo isso, mas eu diria disso, não é assim também olhar toda essa diversidade. O campo, ele tem toda uma concepção, inclui também toda essa diversidade, pois, o negro está no campo, as mulheres estão no campo, os *gays*, os cegos estão no campo como eles estão na cidade, enfim.

Na argumentação de Silva (2000, p. 3), “[...] tal credenciamento evidencia a necessidade da universidade de realimentar o processo de ensino-aprendizagem na graduação e na pós-graduação, na medida em que a formação do cidadão requer sua efetiva participação e interação com a sociedade” e priorizar ações que visem à intervenção nas atuais condições de desigualdades existentes na área de entorno dessa instituição.

Lírio remete à discussão sobre o processo desencadeado na universidade pelo MST. Em sua concepção, a instituição não assume esse compromisso como um todo, mas, sim, por meio de um grupo de professores.

Na verdade a gente apresenta o projeto para a instituição, mas, é claro ela acaba passando a proposta para um grupo de pessoas ou um grupo de professores que apresenta para a instituição, é um limite que nós temos enfrentado, ou seja, e é um avanço que

a gente quer dar quando é que a instituição pública vai assumir realmente a educação do campo? E essa é a briga que nós estamos fazendo agora quer dizer quando é que ele vai se tornar realmente um curso público?

Nesse contexto, um grupo de professores trabalhou pela concretização da implantação do curso referido, com a participação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), com a viabilização do convênio com o Incra/Pronea/Unioeste/Fundep.

Iniciou-se a primeira turma em julho de 2004, com o objetivo de preparar educadores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, e formar o pedagogo capaz de coordenar processos de organização nas famílias e comunidades do campo na perspectiva de fortalecer seus projetos de vida articulados a um projeto de desenvolvimento.

5 Considerações finais

Neste texto, foram discutidos os direitos dos povos do campo à educação, a responsabilidade da universidade diante dos problemas vividos pela população campesina, e a necessidade de promover uma educação que contemple as especificidades desses indivíduos, de modo que se cumpra o direito à cidadania, incluindo aí a formação de educadores do campo.

Analisando-se os resultados da pesquisa, percebe-se que alguns professores entrevistados veem a Pedagogia para Educadores do Campo como um componente estranho e supérfluo à educação.

O ingresso no curso de Pedagogia para Educadores do Campo, como um novo desenho oferecido ao ambiente acadêmico, contudo, desperta opini-

ões e críticas das partes envolvidas. Assim, os resultados da pesquisa evidenciam que alunos, professores, direção, governo e movimentos sociais manifestam-se sobre esse novo curso.

Em sua solidificação como curso formador de docentes para atuarem como educadores em seu próprio ambiente, a conquista da educação do campo passa a ser referência para infinitas possibilidades educacionais, repetindo os valores e a identidade singular de cada um.

UNIVERSITY AT THE FIELD EDUCATION: AN ELEMENT TO BUILD THE HISTORY OF SOCIAL MOVEMENTS

Conflicts regarding lands possession, armed conflicts, revolts, land expropriation, and organization of social movements have been registered in history of Paraná State (Brazil). Thus, having as theme Education and Social Movements, it was intended to investigate the courses of training field teacher and solutions for the quotidian of field schools. Organisms like Assessor and social movements such as Mastes were described; it was presented the Unioeste and its relationship with field social movements for public politics for field education in/for Paraná State were presented. Field education was discussed as a right for people who live in the countryside; the university responsibility and its commitment to the civil society as well as the government responsibility regarding the fundamental rights in face of equality and justice.

Key words: Field education. Social movements. Teacher training.

Referências

- ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M.C.; MOLINA, M.C.; JESUS, S. M.S.A.(Org.). *A educação na Reforma Agrária em perspectiva: uma avaliação do PRONERA*. São Paulo: Ação Educativa. Brasília, DF: PRONERA, 2004. p. 32 -220.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M.C. (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. A história da Articulação. Cad. 1-2-3. Porto Barreiro/PR, 2000.

BICUDO, M. A. V.; JUNIOR, C. A.S. *Formação do educador*. São Paulo: Unesp, 1998.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.1, p.73-89, jan./abr. 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização, e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 164-73, jan./fev./mar./abr. 2005.

GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, M. Professores da roça ganham curso exclusivo em federais. In: *Clipping*, Edição n. 691, 22 jan. 2007. Disponível em: <http://www.cut.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1485&Itemid=170>. Acesso em: 23 jan. 2007.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: movimentos sociais e desenvolvimento, Unioeste, 2003.

RODRIGUES, M. de M. Universidade, Extensão e Mudanças Sociais. *Revista e Educação*. Uberlândia, UFU, p. 45-54, 1999.

SILVA, R.C. C. *Os sem-terra e o desejo de aprender*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 181f, 2000.

ZANCANELLA, Y. *Educação dos povos do campo: os desafios da formação dos educadores*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 161f. 2007.

Recebido em 13 abr. 2009 / aprovado em 12 maio 2009.

Para referenciar este texto

ZANCANELLA, Y. A universidade na educação do campo: elemento para a construção da história dos movimentos sociais. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 157-174, jan./jun. 2009.